

Caminhos e fronteira na Serra da Peneda

Alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na actualidade

Suzanne Daveau¹

À Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, especialista da vida rural no Noroeste de Portugal e a quem devo boa parte do meu conhecimento destes assuntos, dedico com muita amizade algumas reflexões, relativas às permanências e modificações que foi sofrendo, ao longo de séculos, a organização humana de um espaço serrano rodeado por terras baixas. Escolhi como exemplo a Serra da Peneda, que me seduziu sempre pela beleza e variedade das suas paisagens, desde as suas mais selvagens formas de erosão até às variadíssimas modalidades da sua aliciante humanização. A minha experiência pessoal da serra data de 1971, o que me permitiu presenciar um terço de século de evolução, ainda prolongado pelo testemunho oral de Orlando Ribeiro, que observou em 1936 as curiosas brandas e inverneiras de Castro Laboreiro (Ribeiro, 1939).

Através deste pequeno exercício geográfico, gostaria de exemplificar o que o conhecimento do passado traz à compreensão do presente. Não se trata aqui de uma verdadeira investigação histórica. Li apenas, quase ao acaso, alguns trabalhos de colegas historiadores e compulsei alguns documentos administrativos e descrições de itinerários do passado, todos já publicados, com a excepção da lista toponímica do começo do século XVI, que estou decifrando actualmente. A interpretação geográfica de uma paisagem do passado apoia-se normalmente em achados arqueológicos, em textos conservados em arquivos ou já publicados, mais raramente em mapas e em desenhos, como é felizmente possível no caso presente. A interpretação da paisagem actual ganha também em não considerar apenas o momento presente, mas em incluir a evolução detectada pessoalmente pelo investigador ou reconstituída a partir da documentação histórica.

Uma das características importantes da Serra da Peneda é ter sido uma serra fronteira desde o século XII. Este tema interessa-me muito porque, há meio século, consagrei a tese de doutoramento ao estudo do papel que a fronteira franco-suíça teve na organização da vida regional das montanhas do Jura (Daveau, 1959). Outro aspecto importante da Serra da Peneda é ser um maciço muito compartimentado e tradicionalmente designado por nomes variados, conforme é considerado de seus diversos lados. Escrevia em 1758 o abade Manuel Luis Serqueira, ao descrever a freguesia de Santa Maria do Extremo, sita na Portela de Vez, que as “serras não têm nomes certos (...) a serra que fica da parte do Nascente no Couto do Soajo chama-se Serra do Soajo, ou Serra da Senhora da Peneda, que é ermida, que está dentro deste Couto no meio da serra; aonde está a freguesia de Sistelo chama-se Serra de Sistelo, etc.” (*Dicionário Geográfico*, Ms. da Torre do Tombo, t. XIV, fls. 681-695). Terá

¹ Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Conferência proferida no Colóquio de Homenagem à Prof. Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, 28 de Maio de 2004.

sentido atribuir um nome único ao conjunto de terras altas rodeado pelos rios Minho, Vez e Lima, com se tornou habitual hoje? Além disso, é uma serra muito humanizada, mas ocupada de modo diferente no Verão e no Inverno. É, ainda, uma serra caracterizada por intensos e variados fluxos de trocas com as terras baixas que a circundam.

O ponto de partida desta nota foi a leitura casual de um trecho do artigo de Humberto Baquero Moreno (1992) sobre “As Peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza”, trecho evocando os caminhos comerciais que rodeavam ou atravessavam a serra, em meados do século XV. Tentei logo cartografá-los (fig. 1).

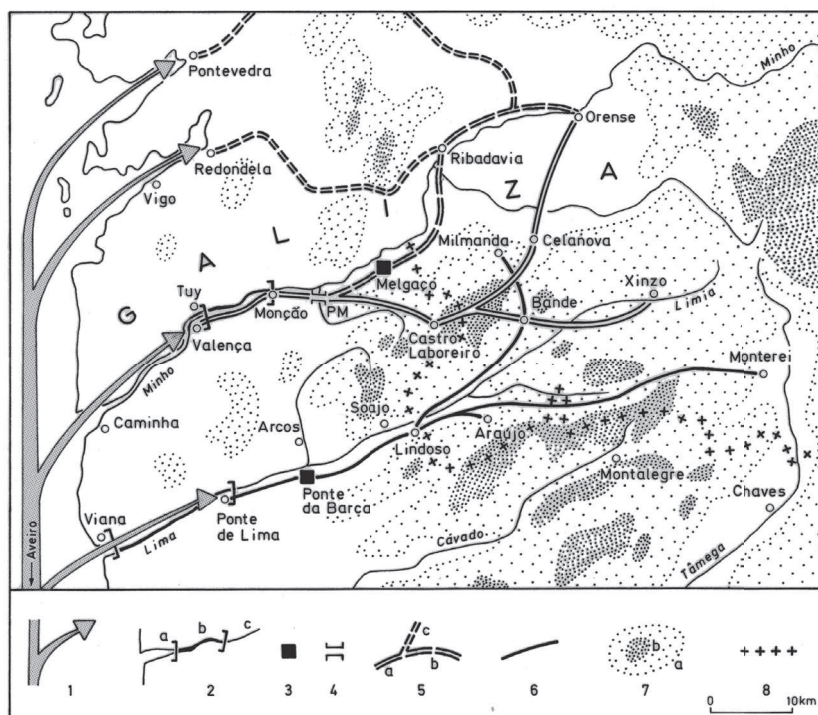


Fig.1 – O comércio do sal em 1459.

1. O comércio do sal em 1459

O depoimento de Afonso Lourenço, procurador de Valença do Minho às Cortes reunidas em Lisboa em 1459, lembra que a vila foi sempre da “coroa real por ser uma das chaves destes reinos” e que os fidalgos não tinham, por isso, direito de possuir bens nela. Acrescenta que era “muito intenso o tráfego comercial entre Valença e a Galiza (...) a vila possuía um bom tráfego de sal oriundo de Aveiro e vendido aos galegos que para ela se dirigiam com as suas montadas desde as terras de Limia, Orense e outros lugares, transportando nos alforjes sebo, cera, untos e manteiga. Deste tráfego resultavam boas sisas, portagens e direitos para a fazenda nacional. Transitava a maior parte destes galegos em Portugal por Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, por ser caminho mais direito e mais seguro” (Moreno, 1992: 78-79).

O procurador dizia ainda que o alcaide de Melgaço (e já, antes dele, o seu pai) trazia consigo “ladrões roubadores”, que prendiam os galegos e apreendiam as suas mercadorias,

para os obrigar a passar por Melgaço e pagar aí a portagem. Deve esclarecer-se que existiu, com efeito, uma carta do rei D. Pedro I, datada de 28 de Maio de 1361, “obrigando a passar por Melgaço todos os que de Portugal se dirigem para a Galiza ou de lá viessem para Portugal” (Rau, 1943: 41).

O procurador de Valença acrescentava que, face a estas dificuldades, os galegos “optaram por ir comprar o sal a Redondela, a Pontevedra e a outros lugares da Galiza. Daqui resultavam grandes perdas para a fazenda do reino (...) Insistia o procurador no sentido de poderem continuar a vir estes mercadores por Castro Laboreiro, cabendo ao alcaide mandar cobrar a portagem em Ponte do Mouro.” Mas D. Afonso V recusou-se a tomar logo partido no conflito que lhe era submetido e mandou averiguar. É fácil, a partir do depoimento de Afonso Lourenço nas Cortes de 1459, esquematizar os caminhos alternativos que seguia o comércio do sal de Aveiro até as terras de Orense e do alto Lima (fig. 1).

Outro depoimento nas mesmas Cortes, citado por Virgínia Rau (1943: 39), permite completar o esquema pela reconstituição de outro caminho, o que seguia pelo vale do Lima. Os procuradores de Ponte de Lima queixavam-se, com efeito, da portagem de 2 reis por besta, então estabelecida em Ponte da Barca. Diziam que “os galegos de Monterey e de Milmanda e de Araujo e doutras partes, que costumavam vir à feira [de Ponte de Lima], trazendo suas bestas e mercadorias e levando muito sal e outras coisas, ocasionavam com isso grande benefício para as sisas e para o bem comum da terra.”

A Figura 1 ilustra portanto dois conflitos, referentes a duas rotas paralelas, com semelhanças e com diferenças. Verificava-se, nos dois vales principais do Entre Douro e Minho, uma mesma complementaridade do transporte por barcos, a jusante, e por bestas, a montante. A ruptura de carga, realizada num centro comercial portuário importante, parece ter coincidido com o limite da navegação marítima, no caso do rio Minho, e com o da navegação fluvial, no caso do Lima. O problema da navegabilidade dos vários rios portugueses, ao longo dos tempos históricos, não se pode considerar ainda suficientemente conhecido (Ribeiro, 1977). Ele exigiria estudos monográficos aprofundados, que tomassem em conta as características físicas próprias de cada vale e rio, a sua evolução holocénica e histórica, bem como os acontecimentos políticos e socio-económicos, que o afectaram. De qualquer modo, verificava-se, nos dois casos, um conflito entre o porto situado a jusante, lugar obrigatório de ruptura de carga, e uma portagem estabelecida mais a montante. No vale do Lima, a portagem era de origem mais recente e não era possível desviar o tráfego, quer pelas serras quer em direcção aos portos das rias galegas.

O facto de Afonso Lourenço ter afirmado, em 1459, que ir de Orense a Valença por Castro Laboreiro era seguir “caminho mais direito e mais seguro” que pelo vale do Minho, pode parecer ter sido puro argumento chicaneiro, na contenda que opunha o concelho de Valença do Minho ao alcaide de Melgaço. Parece, com efeito, muito mais fácil caminhar pelas terras baixas de um vale largo e bem povoado, do que atravessar uma serra de clima agreste, escarpada e despovoada. Mas não podemos esquecer que existia, desde tempos recuados, uma estreita ligação entre o concelho “fragoso” de Castro Laboreiro e as terras galegas situadas a leste. Em 1462, D. Afonso V fazia saber “que o concelho e homens bons de Castro Laboreiro nos enviaram dizer que eles tiveram sempre de costume, do tempo dos reis meu avó e padre [D. Dinis e D. Pedro I] até agora, tratarem e vizinharem bem com os de Milmanda e os de Araujo, que são do senhorio de Galiza, levarem lá pão, vinho e outras coisas que lhe necessárias eram, e irem pascer com seus gados, e assim mesmo aí o faziam os dos ditos lugares”, funcionando esta boa vizinhança antes de se estabelecerem guardas nos portos da fronteira. D. Afonso V aceitou a reclamação (Marques, 1978: 50-51). O foral manuelino de Castro Laboreiro irá manter o privilégio relativamente à

livre circulação do gado entre a serra e os concelhos galegos de Celanova e de Milmanda, sob a condição de aquela se fazer “sem malícia” (Trindade, 1981: 44). Existia portanto estreita complementaridade e habitual frequência entre os altos pastos de Verão que rodeiam Castro Laboreiro e as terras galegas do sopé oriental da serra. A. Lima (1996: 21) conseguiu reconstituir recentemente o traçado dos antigos caminhos que ligavam Castro Laboreiro tanto a Jacebanes, Milmanda e Celanova, atravessando a raia perto do actual marco fronteiriço nº 21, como a Bangueses, Milmanda e Araujo, passando perto do marco nº 26.

Atravessar a parte norte da Serra da Peneda de leste para oeste é relativamente fácil, a despeito da altitude elevada. O único obstáculo escarpado é o rebordo oriental do vasto planalto que domina Castro Laboreiro. A descida para oeste faz-se com facilidade pelo vale do Rio Mouro ou pelo suave interflúvio que o limita a norte. Mais ao sul, pelo contrário, a repetição de profundas gargantas paralelas, que desembocam no Lima (Brito, 1953; Silva, 1986), torna intransitável a serra de leste para oeste (fig. 5). A chamada Serra do Soajo, constituída em montaria por D. Dinis, manteve-se durante muito tempo terra isolada, mais frequentada por lobos e outra caça do que pelos rebanhos (Mattoso, 1986). Há pouco tempo que as aldeias do vale de Gavieira foram atingidas por estradas e apenas nos anos 80 a ligação entre estas permitiu atravessar de automóvel a serra de norte para sul. Muito mais recente ainda é a estrada galega que, a partir de Entrimo, acabou por desbloquear Castro Laboreiro para sul.

A Figura 1 coloca em confronto o traçado das antigas vias comerciais com os elementos perenes da paisagem – as massas de relevo e o traçado dos rios e do litoral – e com os seus elementos não permanentes mas duráveis - aldeias, vilas e fortalezas. Mas como fazer ideia de outros aspectos mais fugazes da paisagem dos séculos XV e XVI: a navegabilidade dos rios, a existência de pontes, o estado da cobertura vegetal, o aspecto e a actividade das povoações? Em parte por ter sido área fronteiriça de interesse estratégico, a região considerada atraiu o interesse do poder central e está excepcionalmente bem provida em testemunhos descritivos datando do século XVI: recenseamentos de fortalezas e de população, mapas, desenhos e descrição de itinerários. Vamos considerar alguns deles.

2. Os itinerários do começo do século XVI

O vale do Minho teve a sorte de ser admiravelmente retratado nos desenhos de Duarte de Armas. Sem esquecer que eles são traduções sintéticas da paisagem que o autor observou com determinada finalidade em 1509 e, de modo nenhum, o equivalente do nosso registo fotográfico documental, verifica-se que o problema da navegabilidade do rio atraiu tanto a sua atenção como o da defesa militar deste troço da fronteira. Daqui a riqueza de informação que Duarte de Armas nos trouxe sobre o vale do Minho. Escolheram-se apenas três imagens. A parte vestibular do rio aparece frequentada por grandes naus e caravelas (fig. 2): uma das naus afasta-se em direcção ao oceano, enquanto outra nau e duas caravelas ficam ancoradas na foz, perto de Caminha, e a terceira nau ao pé do castelo de Vila Nova de Cerveira. Mais a montante, em Valença do Minho (fig. 3) estão ancoradas no rio duas grandes naus, com três mastros e castelos à popa e à proa, e também duas pequenas caravelas, com dois mastros e duas velas triangulares. Uma das naus vai içando as velas, preparando-se para descer em direcção ao mar. Três léguas mais a montante, em Monção, o desenhador representou apenas uma barca no rio, pequena, como permite apreciar o barqueiro nela instalado, e com uma vela só (fig. 4). Confirmou assim que a ruptura de carga com a navegação marítima se fazia em Valença, a jusante, e que as mercadorias passavam em Monção levadas em recuas de bestas, dirigidas por almocreves.

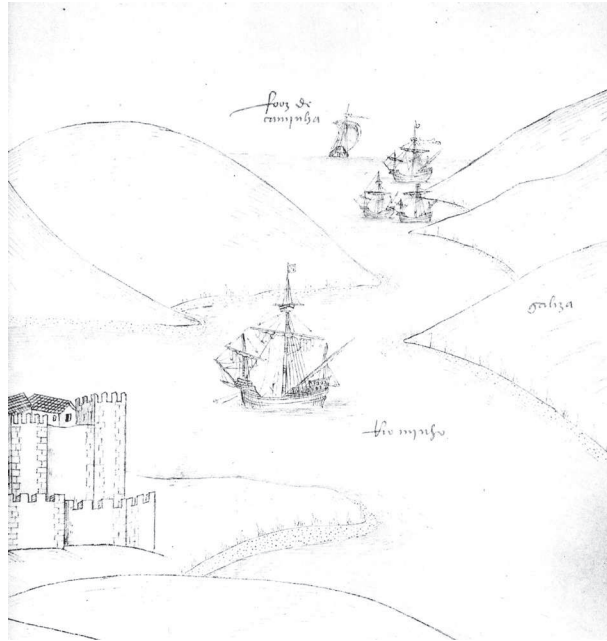


Fig.2 – Os barcos na foz do Minho em 1509 (desenho de Duarte de Armas).



Fig.3 - Os barcos no rio Minho em Valença em 1509 (desenho de Duarte de Armas).

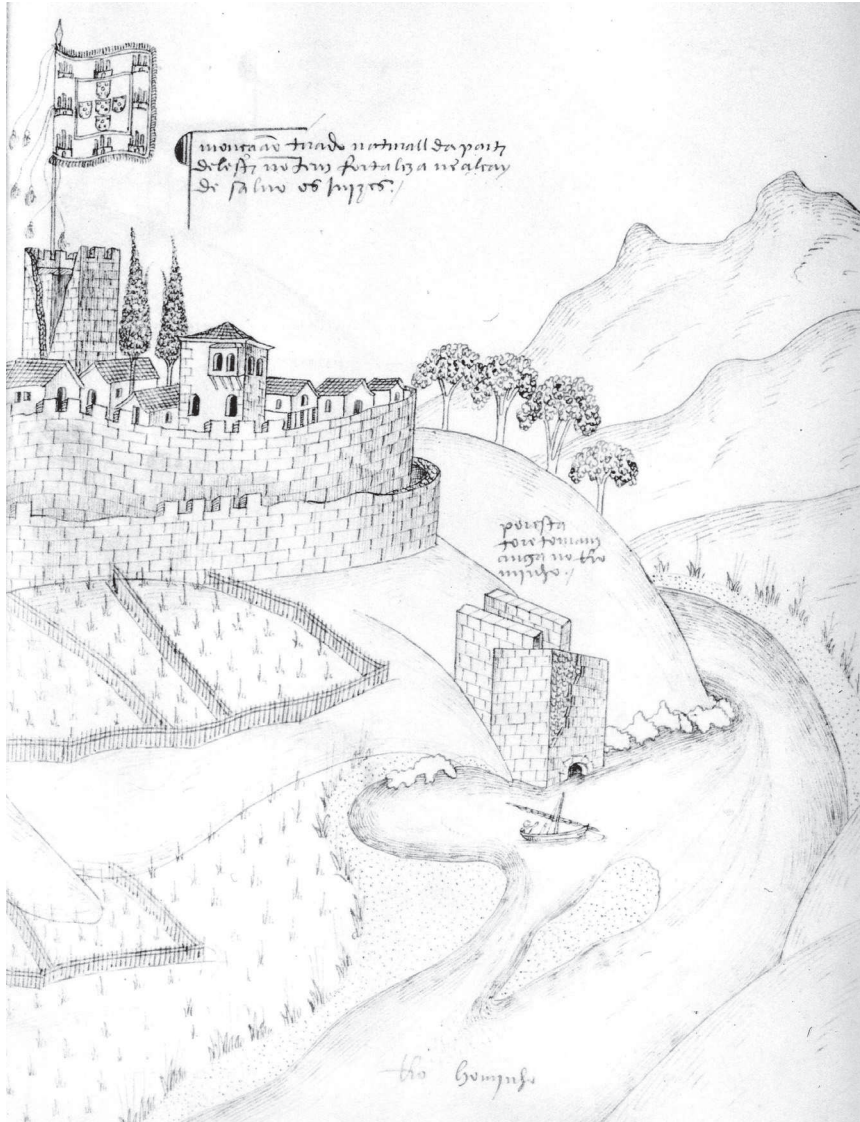


Fig.4 – O rio Minho em Monção em 1509 (desenho de Duarte de Armas).

Além dos desenhos, Duarte de Armas deixou uma sucinta mas preciosa descrição textual do itinerário que seguiu ao longo da fronteira entre Portugal e Castela, de Castro Marim até Caminha. Na região em estudo, depois de ter visitado e desenhado as fortalezas situadas a leste da Serra do Gerês, onde a fronteira era mal definida (fortalezas de Montalegre, Portelo e Piconha), ele ignorou sem explicação a fortaleza do Lindoso e cortou directamente através da parte galega do vale do Lima (fig. 5). Atravessando “cinco léguas de serras e muitas ribeiras”, chegou a Castro Laboreiro, onde tirou a planta e duas vistas da fortaleza (fig. 6). A seguir, desceu para Melgaço, que desenhou também.

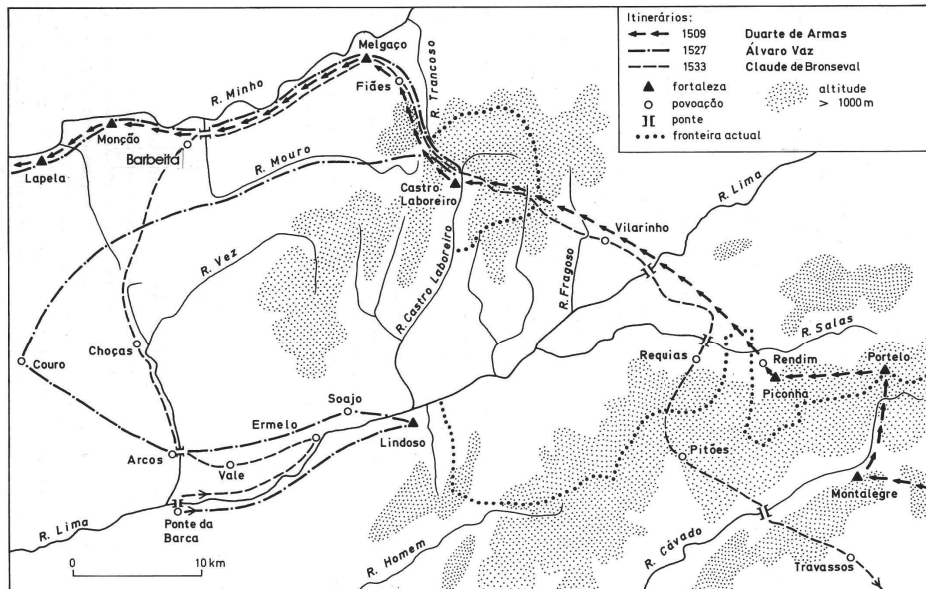


Fig.5 – Itinerários de Duarte de Armas (1509), Álvaro Vaz (1527) e Claude de Bronseval (1533) na região da Serra da Peneda (Daveau, 2000).

Dezoito anos mais tarde, outro funcionário foi encarregado pelo Rei de levantar a região, desta vez para descrever não a fronteira mas a implantação e organização administrativa dos moradores (Freire, 1905; Dias, 1999). Ao começar o *Numeramento de Entre Douro e Minho*, em Agosto de 1527, Álvaro Vaz saiu de Ponte da Barca (povoação com 100 moradores) para o concelho do Lindoso (fig. 5). Disse deste que “não tem vila nem lugar junto e tem somente um castelo ermo” e apenas 41 moradores. Se a situação já era a mesma em 1509, como é provável, entende-se por que Duarte de Armas não foi “pintar” aquele castelo. Álvaro Vaz passou dali para o concelho e montaria do Soajo, que “não tem castelo nem vila (...) e não tem lugar junto e vivem per casais apartados (...) 92 moradores”. Verifica-se quanto o vale português do Lima, a montante de Ponte da Barca, era então pouco povoado. O concelho de Vale de Vez, que visitou a seguir, “tem somente junta a povoação de Arcos de Vez, em que fazem as audiências”. A povoação era pequena já que a respectiva freguesia reunia apenas 36 moradores. Mas o conjunto do concelho era bem povoado (1653 moradores), como o era o concelho a seguir visitado, Coyra e Frayam (1067 moradores).

Dali, Álvaro Vaz foi a Castro Laboreiro, caminhando sem dúvida ao longo do vale do Rio Moura. “Este concelho de Castro Laboreiro é delRei Nosso Senhor (...) e tem um castelo sobre uma fraga, ermo, povoado de gralhas (...), no qual concelho não há povoação junta, somente per casais apartados, vivem no Verão neste concelho 100 moradores, porque no Inverno se vão viver fora por ser terra fria”. Voltando a considerar o desenho de Duarte de Armas (fig. 6), parece que o autor já terá visto as gralhas de que irá falar Álvaro Vaz 18 anos depois, e também que este último não considerou “lugar junto” as poucas cabanas agrupadas a volta da pequena igreja. Álvaro Vaz desceu depois até à vila de Melgaço, que é “cercada de muros e torres e tem um castelo com uma torre muito alta e forte (...) e jaz pegada com o rio Minho, quase na raia e vai o rio entre ela e Galiza”. Havia então na vila

Caminhos e fronteira na Serra da Peneda
Alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na actualidade

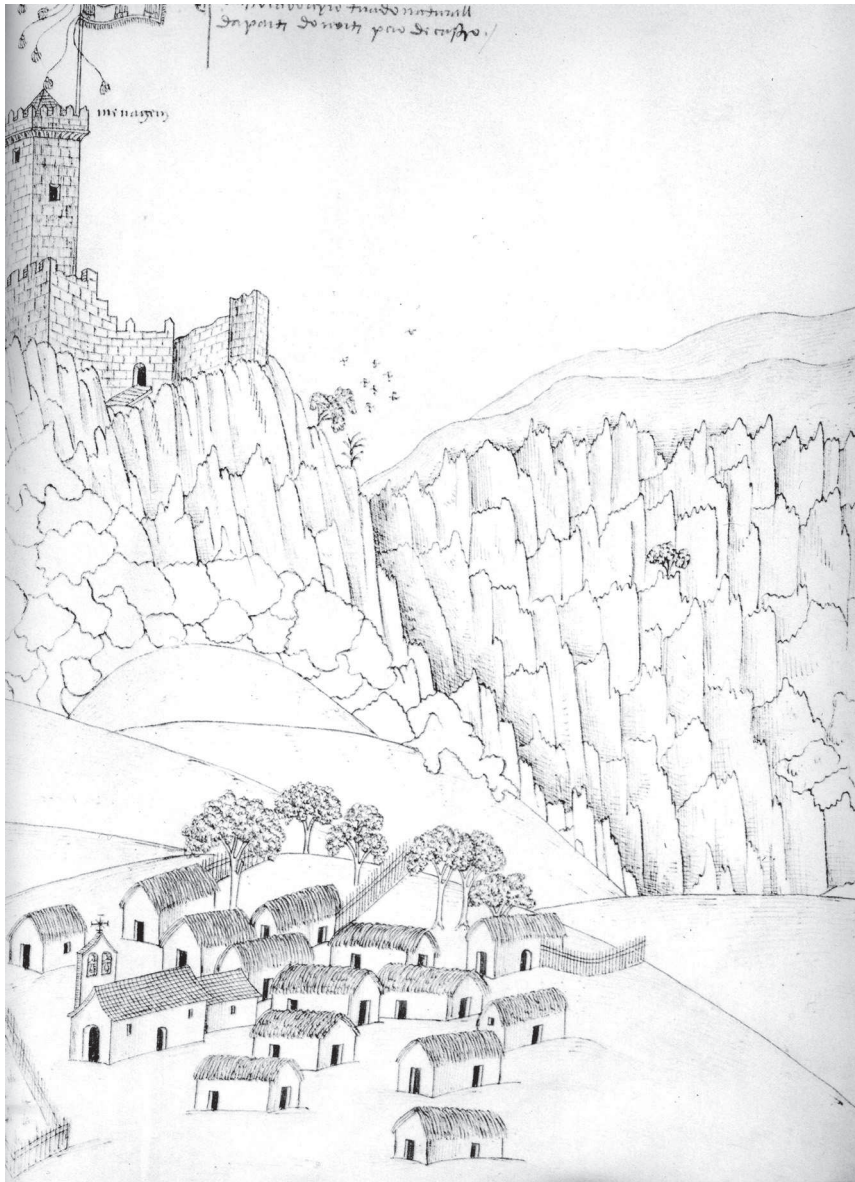


Fig.6 – O castelo de Castro Laboreiro em 1509 (desenho de Duarte de Armas).

46 moradores, 301 no total do concelho. Ainda que viajando de Verão, este funcionário evitou por completo a travessia de sul para norte do maciço montanhoso, preferindo alongar bastante o percurso (fig. 5).

Nova descrição itinerária será devida, poucos anos mais tarde, ao monge francês Claude de Bronseval, que descreveu o percurso seguido pela comitiva que acompanhou o abade de Claraval na sua inspecção aos mosteiros dependentes da ordem de Cister (Bronseval, 1970). Os monges, que viajavam com cavalos próprios, tiveram de visitar, em pleno Inverno, três conventos próximos: Ermelo, Fiães e Júnias.

Em 19 de Janeiro de 1533, chegando das Terras de Bouro, dormiram em Ponte da Barca (fig. 5). No dia seguinte, seguiram para leste, ao longo da margem norte do rio. Depois de uma légua, encontraram o comendatário do mosteiro de Ermelo, que chegava da sua residência, em Vale. Era acompanhado por uma tropa de homens armados. Seguindo um caminho pedregoso e perigoso, penetraram numa região deserta, entre montes escarpados. O mosteiro pareceu-lhe muito pobre e as casas dos camponeses, “tocas de ursos entre penedos”. Tiveram de almoçar ao ar livre, até que a chuva os obrigou a refugiar-se na capela. Discutiram então o caminho a seguir para Fiães, caminho com certeza bem conhecido do comendatário. A rota directa era apenas de 4 léguas (ou seja, cerca de 4 horas, se tivesse sido numa planície), mas atravessava montes escarpados, “frigidíssimos e desertíssimos”, e era considerada pouco segura, por se encontrar no limite entre Portugal e Galiza. Voltam portanto para trás e passam a noite em Vale.

No dia 21, atravessam uma boa ponte para chegar a Arcos. O caminho é fácil, almoçam em Choças, com as provisões dadas pelo comendatário. Trepam até à Portela do Extremo por um caminho sinuoso e descem a seguir para uma região mais plana, entre montes “admiravelmente cultivados”. Na aldeia de Barbeita, um lavrador rico oferece-lhes generosa hospitalidade. No dia seguinte, chegam a uma ponte de pedra, apoiada em dois rochedos e dominando uma profunda e barulhenta torrente. Trata-se evidentemente da famosa Ponte de Mouro (fig. 7). Dali chegam a Melgaço, onde não conseguem comprar nada para comer, e trepam, com grande cansaço para os cavalos, até ao mosteiro de Fiães, situado numa pequena planura entre montes cultivados. A noite irá ser muito fria, com vento gelado e neve. Bronseval admira-se que um mosteiro possa sobreviver numa região de fronteira, tornada insegura pela total impunidade dos malfeitores, que ninguém persegue nem condena. Diz que os habitantes não se atreviam a sair de casa sem levar armas e que todos os viajantes andavam apavorados.

No dia 26 de Janeiro, depois de subir durante uma hora por um caminho escarpado, andam durante duas léguas num vasto espaço estéril, com tempo horrivelmente chuvoso e frio. Atravessam com dificuldade um rio e uma região deserta, onde o vento sopra com tanta violência que os cavalos têm de lhe virar as costas. Saem afinal da montanha e vão dormir na aldeia galega de Vilarinho. Percorreram apenas quatro léguas em oito horas, sem ter podido parar para a pausa habitual ao meio-dia ! Não é difícil reconstituir o seu caminho através do alto planalto que domina a leste Castro Laboreiro, a mais de 1300 m de altitude (fig. 5). O facto de não ter aí parado ao meio-dia confirma o que Álvaro Vaz escreveu seis anos antes: Castro Laboreiro estava deserto porque os habitantes abandonavam então a montanha durante o Inverno. Mas o tráfego através da montanha não era interrompido por completo. Não foram apenas os monges estrangeiros que atravessaram a serra. Eles jantaram em Vilarinho com os víveres que o abade de Fiães tinha tido o cuidado de mandar antes, por uma mula carregada de vinho, carne e pão.

No dia 27, continuando o mau tempo, atravessam os vales do Lima e do Salas, com a ajuda de um guia e utilizando pontes em mau estado. Depois de Requias, trepam até uma alta portela do Gerês e descem a Pitões, onde se abrigam para jantar e dormir numa casa sem chaminé, cheia de fumo. O abade teve ainda a força de descer até ao vale, para visitar o mosteiro de Júnias.

Considerando em conjunto este último itinerário, realizado em Janeiro de 1533, verifica-se que a comitiva do abade chegou a atravessar de Inverno, sucessivamente, duas montanhas escarpadas, frias e fronteiriças, a Serra de Laboreiro e a Serra do Gerês. Então, porquê terão eles recuado frente ao caminho directo entre Ermelo e Castro Laboreiro ? Uma vez mais, a parte norte da serra aparece menos repulsiva que os profundos vales afluentes do Lima. Todos os viajantes citados preferiram “dar a volta”. A região do Lindoso e do

Soajo terá sido, no começo do século XVI, um espaço mal afamado, pouco frequentado e abandonado à insegurança.

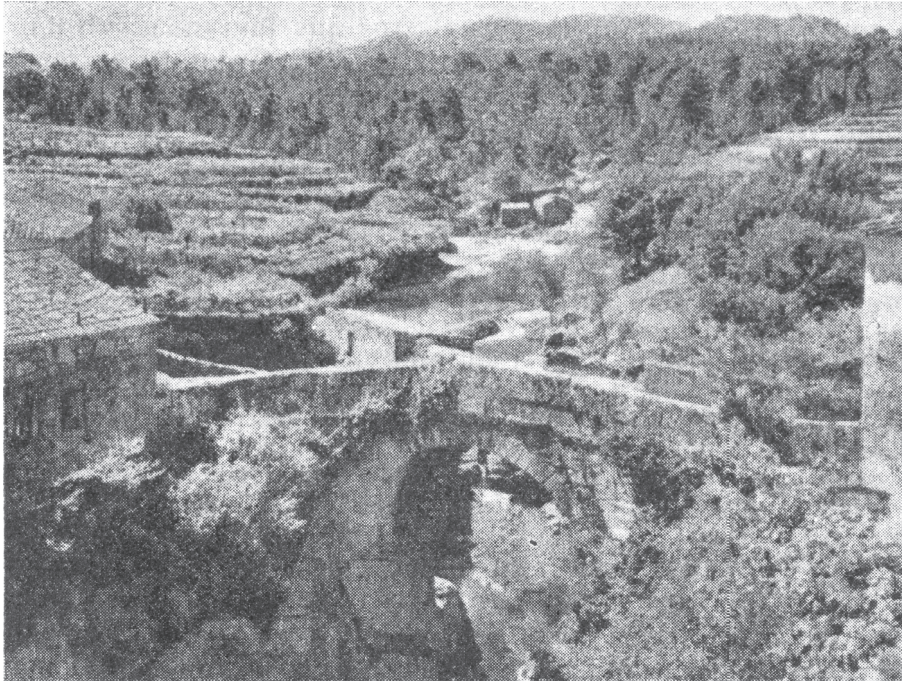


Fig.7 – A ponte de Rio de Mouros (*Guia de Portugal*, vol. IV, II: 1093)

3. A documentação cartográfica quinhentista

Sobre o que este espaço era no século XVI, dispomos de outro precioso tipo de documentação: os primeiros mapas corográficos de Portugal. O mapa mais antigo ainda preservado, hoje largamente divulgado em Portugal pela cópia realizada em 1956 (Ferreira *et al.*, 1956-57) e pelas reproduções incluídas nos *Portugaliae Monumenta Cartográfica* (1960, Est. 197 e 198), foi desenhado por Fernando Álvaro Seco. Terá sido muito provavelmente elaborado em 1558 e impresso pela primeira vez em Itália, em 1561 (Daveau, 2000 e 2003). A Figura 8 reproduz a região em estudo. Note-se que o Norte se encontra nele do lado direito. Reconhecem-se, no fragmento reproduzido, os nomes de três serras, de duas portelas, de vários rios, providos ou não de pontes, e de numerosos lugares habitados. O ponteadado parece situar, vagamente, a fronteira. Mas o mapa apresenta sensíveis distorções. Observa-se um núcleo de topónimos em redor de Castro Laboreiro, enquanto o Lindoso está ausente e o Soajo muito deslocado para jusante e situado na margem sul do Lima. Falta também, curiosamente, o importante lugar de Melgaço, no extremo Norte. Observa-se ainda que o Rio Laboreiro está figurado ao contrário, como se fosse um afluente do Minho.

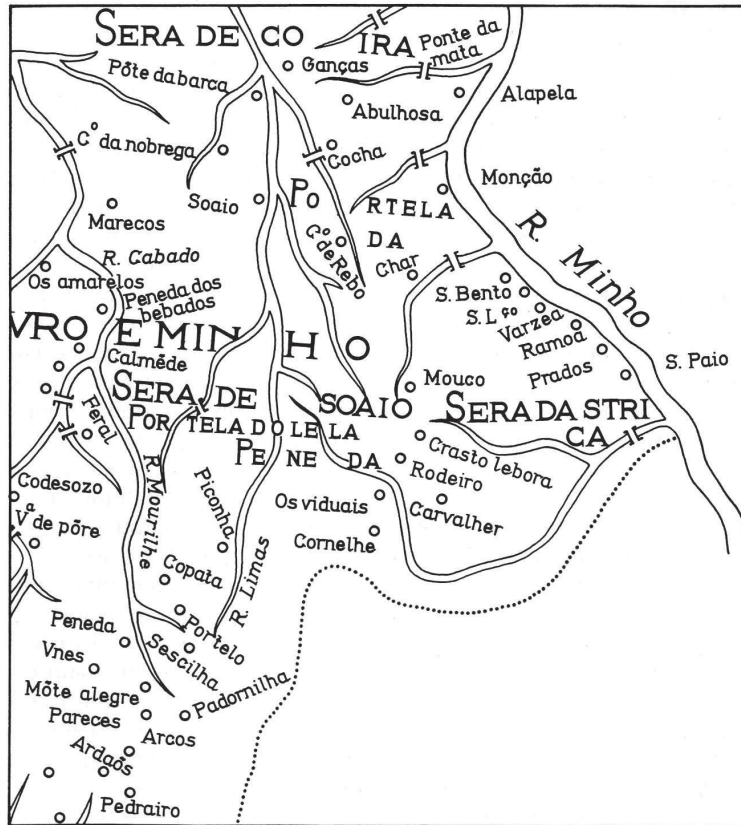
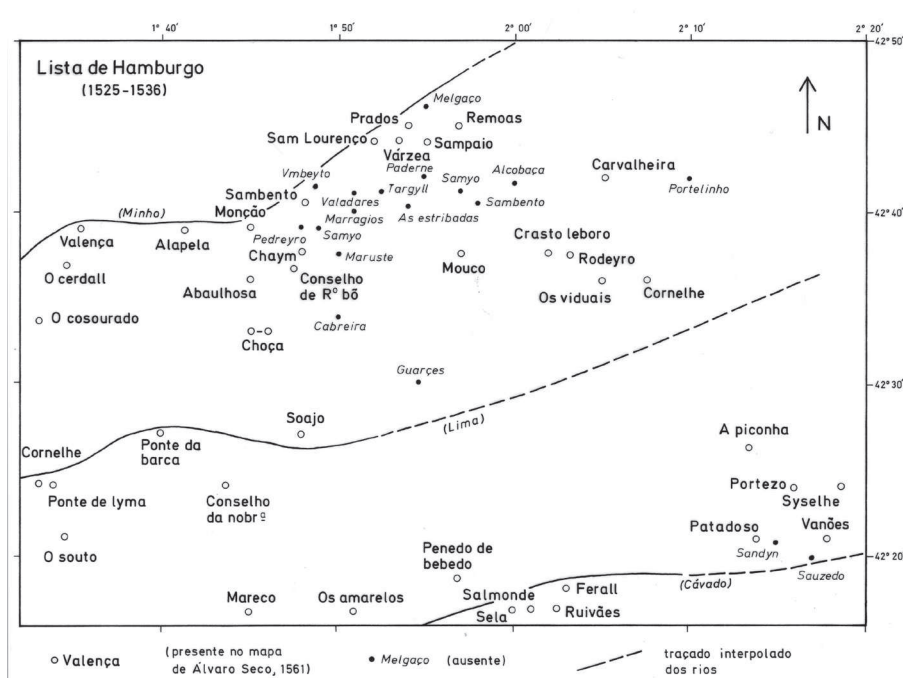


Fig.8 – A região da Serra da Peneda no mapa de Fernando Álvaro Seco, Roma/Veneza, 1561 (Daveau, 2000).

Sabe-se, hoje, que outro mapa corográfico precedeu este. Uma lista toponímica de cerca de 1500 lugares, com indicação da latitude e da longitude de cada um, está conservada na Biblioteca de Hamburgo (Daveau, 2001 b). Esta lista foi dedicada ao Cardeal-Infante D. Afonso e estabelecida entre 1525 e 1536. É evidentemente derivada de um mapa anterior, que é possível reconstituir (fig. 9). Verifica-se que muitos dos topónimos foram retomados no mapa de Álvaro Seco, mas que outros faltam neste. O contraste entre a “vacuidade” do vale do Lima e a densa ocupação do vale do Minho era bem mais acentuado no mapa mais antigo. Ao construir o seu mapa, Álvaro Seco teve de abandonar grande parte da densa informação disponível para o espaço situado entre Monção e Melgaço, provavelmente porque estava a desenhar um mapa em escala muito mais reduzida que a do mapa anterior.

Caminhos e fronteira na Serra da Peneda
 Alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na actualidade



9 – A toponímia da região da Serra da Peneda na Lista de Hamburgo (1525-36), comparada à do mapa de Álvaro Seco (1561).

A representação cartográfica mais antiga do século XVI reflecte admiravelmente, e confirma, na parte portuguesa da serra, o contraste de povoamento e de organização administrativa, que as outras fontes de informação já deixavam pressupor. Enquanto o vale do Minho era então um espaço densamente povoado e relativamente rico, o vale superior do Lima português, ou seja a região do Soajo e do Lindoso, conhecia uma fase de relativo abandono. As causas deste contraste não surgem claramente e mereceriam um estudo atento dos historiadores.

Quanto à parte galega do maciço montanhoso, não se conhece documentação cartográfica semelhante e tão antiga. A consolidação progressiva da fronteira, de que testemunham vários dos textos aqui utilizados (decisões régias, conflitos evocados em Cortes, recensão das fortalezas e divisões administrativas), explica que os levantamentos cartográficos não tenham sido, muito provavelmente, contemporâneos em Portugal e na Galiza. Será preciso a Reunião das Duas Coroas para que apareça uma tentativa para uniformizar a imagem cartográfica dos dois lados da fronteira. A primeira representação cartográfica conjunta actualmente conhecida é a folha 12 do *Atlas do Escorial*, considerado de cerca 1580-85 e reproduzida nos *PMC* (1960, II, Est. 199). A folha foi apresentada por Gonçalo de Reparaz (1949: 287-290), que afirmou ter encontrado nela a habitual densidade superior da rede hidrográfica do lado português. No entanto, este contraste não parece aqui nítido e, quanto à densidade toponímica, ela é, ao contrário, mais forte do lado galego. Um cuidadoso estudo do mapa original seria indispensável, porque a reprodução dos *PMC* é pouco legível. Ele permitiria reconstituir, sem dúvida, uma significativa imagem do povoamento da serra e do seu enquadramento de terras baixas, nos fins do século XVI.

4. A Serra da Peneda na actualidade: trinta e três anos de complexa evolução

Abandonando agora o apaixonante jogo da reconstrução do passado, queria resumir o que a experiência própria me ensinou sobre a evolução da serra. A partir de 1971, pude aproveitar uma dezena de oportunidades para percorrer a serra tanto no Verão como no fim do Inverno. Pude assim observar a enorme diversidade das paisagens serranas e dos modos de vida dos habitantes, bem como aspectos e ritmos da rápida evolução recente destes últimos.

Durante as minhas primeiras viagens, impressionou-me em especial a importância das barreiras, não apenas naturais, que fragmentavam então a Serra. A fronteira espanhola era bastante estanque, com passagem oficial apenas em Melgaço e no Lindoso, que funcionava segundo um horário restrito e exigindo a apresentação de complexa documentação. A criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês (8 de Maio de 1971) acabava de recortar a serra, segundo um limite que parecia ter pouco a ver com as deslocações habituais dos habitantes (Medeiros, 1986). A maior parte dos caminhos serranos continuavam apenas acessíveis aos carros de bois e as raras estradas macadamizadas eram tão precárias que se tornava uma verdadeira aventura tentar atravessar a serra pelos cimos, mesmo com carro todo terreno e com bom tempo. Passar pelos vales que recortam a serra era então de todo impossível. Como os viajantes do século XVI, tive mais de uma vez de renunciar e dar a volta ao maciço pelos vales periféricos dos rios Minho e Vez. A serra não tinha então a menor unidade funcional. Castro Laboreiro não passava de um beco sem saída, bem ao contrário do que era no tempo dos almocreves. No entanto, um atenuante existia a este isolamento, mas só ocasionalmente perceptível pelo observador de fora: o contrabando funcionava. Vi um dia passar uma camioneta carregada de gado, que vinha clandestinamente da Galiza pelos difíceis caminhos do Parque, para escapar assim à fiscalização existente nas outras estradas.

Muito forte era na serra, nos anos 70, a marca da emigração para França, sobretudo em Castro Laboreiro. Construía-se, durante o Verão, vivendas vistosas nas brandas que dominam a vila. Os emigrantes invadiam a montanha durante as suas *vacanças*, que aproveitavam para celebrar festas e alegres casamentos. No dia 30 Agosto de 1976, pude ver autocarros carregadíssimos, que se preparavam para deixar a praça central de Melgaço em direcção a diversos pontos de França. A Peneda parecia-se então mais com um anexo afastado de França do que com a ponta avançada de Portugal para norte.

Durante a noite de 28/29 de Agosto de 1976 caiu em Castro Laboreiro uma forte chuvada, que inundou o andar térreo da nova pensão, obra de emigrantes, vistosamente instalada a pouca distância da antiga vila, num lugar baixo para onde convergiam vários caminhos murados. Os donos da pensão, desenraizados da realidade serrana, ignoravam que o clima da Peneda já não é mediterrâneo e inclui abundantes chuvadas ocasionais no Verão. Ignoravam também as consequências práticas dos pormenores topográficos do lugar. Depois de um dia de muito trabalho, onde tinham servido um banquete de casamento, acordaram sobressaltados em plena noite, no momento em que a água alagava as suas camas e tinha já afogado o motor dos carros de numerosos hóspedes.

A peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Peneda, em Setembro, é outro acontecimento que mostra quanto a vida da serra mantém ligações estreitas com as regiões periféricas. Teria o maior interesse o estudo aprofundado da sua origem e evolução, bem como do seu raio de acção, em Portugal e na Galiza. Provavelmente as ligações detectadas no século XV com os habitantes das bacias galegas a leste da serra, ter-se-ão prolongado até hoje, através desta importante romaria, que se fazia outrora a pé, mas sobretudo de carro, nos anos mais recentes.

A vida pastoril é intensa na serra. Enquanto os habitantes de Castro Laboreiro emigravam antigamente para fora da serra durante o Inverno e recebiam gado galego nas suas pastagens no Verão, eles passaram mais recentemente, a partir de data desconhecida, a mudar-se sazonalmente dentro da própria serra, entre brandas e inverneiras. As outras brandas da serra dependem de numerosas aldeias periféricas e de algumas outras, implantadas nos vales profundos da vertente meridional, a Serra do Soajo. O fenómeno foi cuidadosamente cartografado por Isabel Medeiros (1988). O estudo da evolução recente do fenómeno seria indispensável. Em que medida terão a abertura de estradas perenes e a emigração para as cidades e para França transformado um complexo e arcaico modo de vida, que permitia a utilização racional dos pastos de altitude e uma agricultura complementar da que se pratica no fundo dos vales ?

A marca humana na serra é profunda e diversa. A cobertura vegetal natural foi profundamente transformada, deixando por exemplo a extraordinária relíquia do bosque de azevinhos do Ramiscal que, libertos do estrato arbóreo de carvalhos da formação original, ganharam um porte de verdadeira floresta. Em geral, as pastagens de altitude são completamente desarborizadas mas os campos e prados que rodeiam as casas são limitados por renques de árvores, de modo que os arredores verdejantes e cuidados das brandas e das aldeias amenizam uma paisagem naturalmente “fragosa”, grandiosa e áspera (fig. 6).

O vigor e a variedade das formas do relevo da serra impressionam em toda parte. O bloco montanhoso, tardia e desigualmente levantado, conserva aplanagens culminantes, mas está cortado por profundas gargantas rectilíneas, escavadas ao longo de compridas fracturas. A altitude é suficiente para que as fases frias do Quaternário recente tenham deixado na serra marcas originais de erosão e numerosas acumulações glaciárias e periglaciárias (Coudé-Gaussen, 1981, Daveau, 1986). Nesta serra de difícil acesso e percurso, muitos sítios não foram ainda estudados em pormenor e descobertas de grande interesse ficam, sem dúvida, por fazer. A Serra da Peneda constitui um verdadeiro museu natural e humano, de grande riqueza, que seria urgente descrever e preservar.

É preciso assinalar que a maior parte da cobertura cartográfica, que se tornou progressivamente muito boa em Portugal e em Espanha, continua, no entanto, a sofrer de falta de coordenação entre os serviços competentes. Merece, por isso, destacar-se a feliz iniciativa da Xunta de Galicia que publicou, com data de Dezembro de 1999, um excelente *Mapa Galicia / Norte de Portugal*, na escala de 1: 400 000, que fornece uma informação clara, uniforme e equitativamente distribuída dos dois lados da fronteira.

O acesso à serra foi recentemente facilitado. Não só se construíram auto-estradas a pouca distância da serra, mas a fronteira foi praticamente apagada, graça à integração europeia e à abertura da estrada alcatroada Entrimo - Castro Laboreiro. Trata-se de uma enorme transformação, já prefigurada nos anos 80 pela realização de estradas alcatroadas passando por Gavieira e Nossa Senhora da Peneda. A travessia norte-sul da serra tornou-se finalmente possível. Qual será a consequência desta verdadeira revolução sobre a futura organização regional e sobre o ritmo anual da vida na serra ?

Foi apenas em 2001, que tive ocasião de descobrir o forte contraste de paisagem humana que existe hoje entre as vertentes galega e portuguesa da serra. Este contraste é provavelmente de origem recente. Enquanto o casario das aldeias portuguesas apresenta a marca, muitas vezes caótica, de transformações sociais resultantes da emigração, as aldeias galegas que rodeiam a leste a Serra de Laboreiro conservam um aspecto mais camponês e tradicional, bastante adormecido. O facto resulta provavelmente de tipos de emigração diferentes: outro estudo importante que seria urgente fazer.

Obras citadas:

- Armas, Duarte de (1997) – *Livro das Fortalezas*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa, Lisboa.
- Brito, Raquel Soeiro (1953) – “Uma aldeia de montanha do Minho: o Soajo. Estudo de Geografia humana.”, *Revista da Faculdade de Letras*, 18, 1-3, Lisboa: 88-132.
- Bronseval, Claude (1970) – *Peregrinatio Hispanica (1531-1533)*, Paris, 2 vols.
- Cortesão, Armando; Mota, Avelino Teixeira (1960) – *Portugaliae Monumenta Cartográfica*, vol. II.
- Coudé-Gaussen, Geneviève (1981) – *Les Serras da Peneda et do Gerês. Étude Géomorphologique*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 5, Lisboa.
- Daveau, Suzanne (1959) – *Les Régions Frontalières de la Montagne Jurassienne*, Mémoires et Documents, 14, Institut des Études Rhodaniennes de l’Université de Lyon, Trévoux.
- Daveau, Suzanne (1986) – “Signification paléoclimatique du modelé glaciaire et périglaciaire quaternaire au Portugal” em *Quaternary Climate in Western Mediterranean, Proceedings of the Symposium on Climatic Fluctuations during the Quaternary in the Western Mediterranean Regions*, Madrid: 81-93.
- Daveau, Suzanne (2000) – “A rede hidrográfica no mapa de Fernando Álvaro Seco (1561), *Finisterra*, 69, Lisboa: 5-38.
- Daveau, Suzanne (2001 a) – “A descrição territorial no Numeramento de 1527-32”, *Penélope*, 25, Lisboa: 7-39.
- Daveau, Suzanne (2001 b) – “À propos de la première carte chrographique du Portugal”, *XIX Congrès International d’Histoire de la Cartographie*, Madrid, Agosto de 2001 (CD-ROM)
- Daveau, Suzanne (2003) – “Conhecimento actual da representação corográfica de Portugal no século XVI” em *Olhar o Mundo, Ler o Território. Uma Viagem pelos Mapas*, Coimbra: 33-37.
- Dias, J. J. Alves (1999) – *Gente e Espaços. Edição Crítica do Numeramento de 1527-1532. Dicionário Corográfico do Portugal Quinhentista*. Comarca de Entre Douro e Minho, Património Histórico, Cascais.
- Ferreira, A. et al. (1956-57) – “O mais antigo mapa de Portugal”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, 12-13 e 14-15.
- Freire, A Braamcamp (1905) – “Povoação de Entre Douro e Minho no XVI Século”, *Arquivo Historico Portuguez*, III, Lisboa.
- Guia de Portugal*, volume IV, II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1965.
- Lima, A. C. P. S. (1996) – *Castro Laboreiro: Povoamento e Organização de um Território Serrano*, Cadernos Juriz/Xures, I, Braga.
- Marques, José (1978) – “Relações económicas do Norte de Portugal com o Reino de Castela no séc. XV”, *Bracara Augusta*, 32, Braga.
- Mattoso, José (1986) – “A caça no Soajo”, *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa: 681-688.
- Medeiros, Isabel Marques (1986) – Significado geográfico dos baldios na economia pastoril da Serra da Peneda”, *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa: 333-348.
- Medeiros, Isabel Marques (1988) – “Contribuição para o estudo dos sistemas pastoris na Serra da Peneda”, *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, II, Centro des Estudos Geográficos, Lisboa: 223-233.
- Moreno, Humberto Baquero (1992) – “As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza” em *I Congresso dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Távola Redonda, Lisboa: 75-80.

Caminhos e fronteira na Serra da Peneda
Alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na actualidade

- Rau, Virgínia (1943) – *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa.
- Reparaz, Gonçalo de (1949) – “Une carte topographique du Portugal au seizième siècle” em *Mélanges d'Études Portugaises offerts à Monsieur Georges Le Gentil*, Instituto para a Alta cultura [Lisboa]: 271-315.
- Ribeiro, Orlando (1939) – “Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 6 (1-2): 297-302.
- Ribeiro, Orlando (1977) – *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo crítico*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1977; 2ª ed.: Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2001.
- Silva, Rosa Fernanda Moreira (1986) – “A aldeia da Várzea (Serra do Soajo). Situação actual e inundação, para breve, da sua veiga”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I, Porto: 5-33.
- Trindade, M. José Lagos (1981) – “O pastoreio em Portugal , séc. XII a XVI” (1962) em *Estudos de História Medieval e outros*, Lisboa.